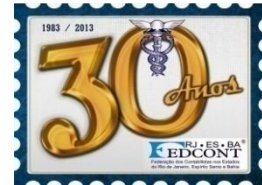




**BOLETIM ANO III – Nº 141**

**Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2013**



## **DIRIGENTES SINDICAIS**

### **PRESENTES**

#### **A POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA UMPL**

Eleito e empossado ontem, dia 30/9 , o sr. Éric Thiry, advogado , de nacionalidade belga, como novo presidente da União Mundial das Profissões Liberais, com sede em Paris, em substituição ao Contador Francisco Antonio Feijó, atual tesoureiro da Confederação Nacional das Profissões Liberais-CNPL.

O Sr. Feijó dirigiu a UMPL, nos últimos quatro anos tendo promovido vários eventos, sendo o último a Conferência Mediterrânea das Profissões Liberais , na cidade de Marselha na França .

Participaram do evento, várias entidades nacionais e filiadas, dentre elas a CNPL com numerosa delegação.

O presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, contador Luiz Sergio da Rosa Lopes, também vice presidente da CNPL, esteve presente a aclamação do novo presidente e sua posse na sede da União Nacional das Profissões Liberais -UNAPL (francesa).

O presidente Luiz Sergio ao cumprimentar o sr. Éric ,desejou-lhe felicidades e sucesso no desempenho de suas responsabilidades e, parabenizou o ex- presidente Sr. Francisco Antonio Feijó, agora presidente de hora da UMPL pela proficua gestão realizada. A delegação Brasileira foi capitaneada pelo presidente da CNPL, Sr. Carlos Alberto Schimitt de Azevedo.

## ABERTURA DO XII CONGRESSO DE SINDICALISMO GLOBAL AUDITÓRIO DO NOVOTEL LISBOA



No dia 02 de outubro de 2013 ,com início as 10 horas locais de Lisboa, teve início o XII CONGRESSO DE SINDICALISMO GLOBAL -CONSIG, no salão de conferências do Novo Hotel, com a participação de uma centena de dirigentes sindicais de diversos países,em particular os do Brasil e Portugal.

Na abertura falaram vários oradores, dentre os quais o dep. Marcos Maia (Brasil); o dep Cherim(Brasil), o desembargador Francisco Nassar(TRT de São Paulo-Brasil); Carlos Alberto (CNPL-Brasil) Wilson Vieira (FENTEC e organizador do Consig); Sr.Cristobal (Presidente do Sinergia-Portugal) e o presidente da Organização Internacional dos Técnicos-Oitec.

Sob tema UM MUNDO SEM FRONTEIRAS, as intervenções se circunscreveram ao mesmo, destacando a necessidade de maior integração entre os povos, principalmente no que se refere a educação de qualidade, pois a mesma se administrada a povos independentemente das fronteiras territoriais, promoverá a integração desejada. O CONSIG prossegue até o dia 4/10.

## FLORIANÓPOLIS - NA 3ª EDIÇÃO DO FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO SINDICAL

REALIZADA PELA CNPL



“A dinâmica do atual momento do movimento sindical das profissões liberais sob a ótica da atualização dos dirigentes das entidades filiadas, com foco, também, na formação de novas lideranças sindicais.” Esta é, em síntese, a principal plataforma de debates e discussões do ciclo de ‘Fóruns de Atualização Sindical’, que acontecerão durante todo o ano de 2013, em todas as regiões brasileiras, patrocinado e organizado pela Confederação Nacional das Profissões Liberais, juntamente com seus parceiros preferenciais. Participe!

No próximo dia 25 de outubro /2013 .

Local: Mercure Florianópolis centro, localizado na Rua Felipe Schmidt 1102 – Centro – Florianópolis.

Programação sugerida

25/10/13

09h00 – 10h00 Credenciamento

10h15 – 10h30 Abertura

10h30 – 12h30 O Estado e as Normatizações para o Movimento Sindical (Zilmara Alencar)

12h30 – 14h30 Almoço

14h30 – 16h00 Cenário Político no Brasil e o Movimento Sindical dos Profissionais Liberais (André Santos)

16h00 – 16h30 Coffee Break

16h30 – 18h00 Direito Trabalhista (Desembargador Francisco Meton Marques de Lima)

18h00 – 18h30 Conclusões / Encerramento

20h00 – Jantar

Maiores Informações e Inscrições : [www.cnpl.org.br](http://www.cnpl.org.br)

## PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA EXPATRIADOS

Devido à crescente mobilidade de diversos profissionais no mercado mundial de trabalho, o Brasil vive um processo agudo de expatriação, em que profissionais retornam à terra natal, depois de viver boa parte da carreira no exterior, em busca de recolocação ou aposentadoria. Será que a Previdência Social garante seguridade social no âmbito das relações internacionais de trabalho? E o expatriado, quais mecanismos encontra para proteger-se, valendo-se dos tratados internacionais? De que forma contribuir com os órgãos previdenciários dos países envolvidos? Atualmente, o expatriado brasileiro enfrenta alguns desafios previdenciários para conseguir o que é seu, por direito, porém, nem sempre bem acompanhado ou comunicado. O principal motivo está na ausência de mecanismos, capazes de garantir a fidelidade na transmissão das informações sobre as contribuições, a assistência à saúde e/ou assistência social do contribuinte – garantidas em acordo de cooperação técnicas entre os países de origem e de destino .

Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, no primeiro semestre de 2013, mostram que foram emitidos 26.545 vistos de trabalho para trabalhadores expatriados no Brasil – um aumento de 19,4%, em relação ao mesmo período de 2012. Empresas que estão recebendo esse perfil de profissionais, além de se preocupar com a ambientação e adaptação no mercado, enfrentam outro grande desafio: acompanhar e trazer à tona questões jurídicas inovadoras e viáveis que cercam contratações. Aqui no Brasil, as autoridades posicionam-se a favor da efetividade dos direitos, no entanto, os acordos técnicos demoram a entrar em vigor e caem no esquecimento. Apesar das autoridades agirem de forma positiva, no âmbito legislativo, existem pactos que foram celebrados há mais de 10 anos e ainda não estão em vigência – isso porque o Senado não promulga decreto legislativo que integra os tratados nacionais à legislação trabalhista e previdenciária vigente no país.

O expatriado precisa sempre manter atualizados os contatos com órgãos de ligação previdenciário e fiscal de ambos os países. Antes de sair do Brasil é importante declarar à Receita Federal e ao INSS o período que ficará fora do país. Caso passe mais de seis meses fora, deve declarar a saída do país, evitando o entendimento dos órgãos fiscalizadores no sentido de que houve interrupção na contribuição previdenciária, o que levaria à necessidade de acumular mais tempo de contribuição.

Outro ponto importante é que o profissional deve informar o vínculo a ser estabelecido com empresas de fora – informações que serão repassadas para o país de destino. Somente desta forma, o órgão de contribuição estrangeiro conseguirá informar ao Brasil o tempo de contribuição acumulado – a ser computado para fins de aposentadoria. No caso de dúvidas, procure um advogado previdenciarista para receber orientações, evitando prejuízos ao contribuinte. Em suma, cabe ao expatriado realizar, via órgão previdenciário local, o acompanhamento constante das contribuições, para que sejam computadas corretamente. Aos governos, cabe a realização de ações de aperfeiçoamento de seus acordos de cooperações técnicas, com o intuito de garantir mais transparência nas relações com os profissionais expatriados, evitando prejuízos futuros a estes segurados.

(\*) - Mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP, é conselheiro titular no Conselho da Carteira de Previdência dos Advogados/SP e professor de Direito Tributário na ESAMC-Campinas. Sócio da Bessa Advogados, responde pelas áreas de Direito Tributário e Previdenciário evitando prejuízos ao contribuinte. Fonte: Empresas & Negócios, por Ivandick Rodrigues (\*), 01.10.2013

## SEMINÁRIO ADIANTA TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE

O Tribunal Superior do Trabalho sedia, na próxima quinta-feira (10), o seminário Justiça Social e Acessibilidade, que tem como proposta formar uma nova cultura organizacional sobre o tema na Justiça do Trabalho. Um dos palestrantes é o especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Sérgio Paulo Nascimento, que falará sobre os conceitos, as tendências e os desafios da acessibilidade.

Ele é também coordenador-geral de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Sérgio explica que a preocupação com acessibilidade teve um enorme crescimento mundial nos últimos anos, mas, no Brasil, o tema passou a ser comumente abordado há apenas dois anos, quando foi criado o plano Viver Sem Limite. O plano é um programa da Presidência da República, que conjuga ações de 15 ministérios para efetivar os direitos assegurados à pessoas com deficiência. Foram destinados para o programa R\$ 7,6 bilhões, a serem investidos em iniciativas ligadas à acessibilidade até 2014. Em setembro, a sessão plenária da Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu que a acessibilidade deve estar entre as premissas das novas metas de desenvolvimento sustentável.

Isso significa que o tema será tratado com destaque na discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para Sérgio, com a conquista, a tendência é que sejam exigidos cada vez mais investimentos em acessibilidade nos âmbitos nacional e internacional.

O evento é coordenado pelo TST e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e realizado pela Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), com patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Lucyenne Landim, 01.10.2013